

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Introdução para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TELES, V. da S. Sociedade civil e construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-103.

TEIXEIRA, E. C. *O local e o global*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

*Assistente Social, Especialista em Saúde Pública, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. (janamapurunga@yahoo.com.br)

** Doutora em Serviço Social, Prof.^a do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (simone.guimaraes@uol.com.br).

A QUESTÃO ÁRABE-ISRAELENSE EM OUTRO ENFOQUE: camelo e madeira, máquina e aço

Por Manoel Ricardo Arraes Filho*

Há 53 anos, o Exército do Brasil juntou-se a tropas de outros nove países, constituindo uma Força de Paz enviada à Palestina, mais precisamente à Faixa de Gaza. Era o Batalhão Suez. Neste estudo, o objetivo é apresentar o panorama com as experiências – o modo de representar, ver e de imaginar – de alguns personagens anônimos, integrantes do Batalhão durante a intervenção diplomática e militar da Organização das Nações Unidas (ONU) na fronteira árabe-israelense, entre 1957 e 1967. A análise foi realizada a partir do *corpus* de entrevistas com 13 soldados piauienses, e também por meio de depoimentos de veteranos de outros estados brasileiros, sobre si próprios, sobre a realidade vivida e a cultura material que encontraram no contexto do processo de paz instaurado no deserto, durante a Missão de Paz. Neste pequeno ensaio apresenta-se um aspecto da questão árabe-israelense que não se refere necessariamente à guerra e ao banho de sangue que diariamente aparecem nos noticiários da imprensa. Para tanto, foram retirados trechos de minha tese de doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense, intitulada “História, memória e deserto: os soldados brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)”.

No início de novembro de 1956, a ONU criou a *United Nations Emergency Force* (UNEF) ou, em português, Força de Emergência das Nações

Unidas (FENU). A UNEF foi criada para garantir o cessar-fogo entre árabes e israelenses momentaneamente em guerra. Outra missão dos “soldados da paz” era supervisionar a retirada das Forças britânicas, francesas e israelenses do território egípcio e, assim, estabelecer o processo de paz naquela parte do Oriente Médio. Essa Força Internacional permaneceu no deserto do Sinai até 1967, garantindo a integridade de palestinos e, ao mesmo tempo, ajudando a manter a segurança da borda ocidental de Israel (AGENDA..., 1998).

Inicialmente, a Força era composta por 10 países (Brasil, Canadá, Colômbia, Dinamarca, Finlândia, Índia, Indonésia, Iugoslávia, Noruega e Suécia). Entretanto, na maior parte do tempo, a UNEF foi composta por tropas de sete países, porque, ainda no primeiro ano, as tropas da Colômbia, Finlândia e Indonésia deixaram a Missão e retornaram aos seus países. Ao se instalar na Faixa de Gaza, as Forças Internacionais criaram uma zona neutra e estabeleceram a *Advisory Demarcation Line* (ADL) - em português, Linha de Demarcação de Armistício (LDA) -, que partia de Gaza até a cidade de Rafah, e desta ia para o Sul, até Aqaba - fronteira estabelecida pela ONU entre a Palestina e Israel.

Como bons narradores, os “veteranos de Suez” esmeram-se em detalhes, firulas e floreios, jogos de palavras, para destacar os fazeres e os saberes,

e consideram as técnicas utilizadas por cada um como pertencendo a “mundos” diferentes. Assim, a participação no Batalhão Suez e o episódio bélico da Guerra de Suez serviram de pano de fundo para se conhecer suas representações sobre o que viram, consumiram e realizaram naquele evento e sobre “as outras culturas”, sobre *o outro*.

Observamos que com suas falas podemos montar um discurso mais ou menos coerente entre si, mas há uma disparidade marcante entre o tratamento dado às práticas agrícolas dos beduínos e dos israelenses. O conjunto das narrativas sobre a economia e o modo de produzir dos beduínos revela um desagrado e um estranhamento de como eles vivem e/ou simbolizam suas atividades cotidianas.

Na memória conservada e narrada, estes homens elaboram uma organização discursiva sobre vários temas, como a agricultura e a produção econômica de palestinos e israelenses. Um fato notável é o tratamento unânime desigual que é dispensado a uma e outra cultura inventariada. Atualizando impressões e informações presenciadas no deserto, eles apresentam uma classificação de graduação crescente, segundo uma escala de valor ou de importância, baseada no critério da produtividade; e, tal como etnólogos, também descrevem e analisam ambas nos modos de produzir. Mas, no geral, fazem-no a partir de outra variável: a utensilagem; e aí caracterizam a economia de uma como arcaica e inferior e a da outra como moderna e superior. A Palestina é descrita pelo atraso e pelo baixo rendimento. Isso seria devido especialmente aos elementos da produção. Em toda a sua história, a economia dos árabes palestinos é marcada por “um saber manual”, manufaturado, quase natural: camelo e madeira; em contraposição, a cultura material disponível aos israelenses é percebida como tendo um maior investimento em saber científico e que, por isso mesmo, é mais valorizada: máquina e aço.

Os veteranos pontuam a magnitude gritante da diferença entre as duas vitrines que observam. Recolhendo na memória aspectos daquele “mundo”, eles descrevem o repertório dos utensílios, práticas e a eficiência relativa ao desempenho da tarefa na agricultura, enfim, destacando a quantidade de valor alcançado por cada um dos fatores de produção no momento da colheita. Os elementos elencados, retirados do borrão da memória, são importantes para a elaboração de um construto básico dualista, como o fazem, aliás, em toda tentativa de relacionar

Palestina e Israel. Residentes momentâneos em um lugar “retardatário da Revolução Industrial”, esqueciam do distante local de origem - o Piauí -, social e economicamente igualável à Palestina na condição de “retardatário econômico do Brasil”. Os militares piauienses desconhecem que a arte de fazer e produzir da moderna agricultura tem as raízes fincadas nas formas arcaicas de preparação, plantio e colheita. Enfim, eles aparentam subtrair-se à conjuntura piauiense que deixaram para trás, onde também reinava uma lavoura bastante rudimentar, de subsistência e de baixa produtividade. Vale dizer que o Brasil das décadas de 1950 e de 1960, do mesmo modo, era marcado por um processo de desenvolvimento desigual entre suas regiões e segmentos sociais. O desequilíbrio regional e social era (e ainda é) uma marca visível na história do país, o que sempre ensejou uma divisão à unidade e uma afronta à dignidade nacional.

No correr da história, a otimização técnica inspirou-se nas “artes” e “ofícios” do artesanato e da manufatura, para criar novos modelos ou regras para suas invenções mecânicas. Assim, ancorados no “saber” e na “tradição milenar”, os beduínos deixam às práticas cotidianas um solo privado de meios ou de produtos próprios. As análises sobre “o outro” não alcançam o fato de que na Palestina sempre houve a ligação religiosa com o todo, ou seja, com o trabalho manual e com o cultivo da terra.

A principal tarefa que cabia aos soldados brasileiros naquela missão de paz era a vigília da ADL. AADL, na verdade, era uma vala cavada na areia do deserto e que separava os palestinos residentes na Faixa de Gaza dos agricultores israelenses. Ninguém poderia ultrapassar seus limites. Os soldados brasileiros ficaram estacionados do lado árabe. Assim, em muitos casos, quando se referiam aos limites palestinos, descreviam-nos como “os do lado de cá”, enquanto que os israelenses eram “os do lado de lá”. Ao delinear o panorama econômico do “lado de cá” da ADL, a agricultura ganha destaque comparativo. Era, de fato, toda feita com base em uma “experiência tradicional” transmitida oralmente há milênios; a agricultura palestina parecia estar enquistada na particularidade, comunicada em linguagem manual e desprovida de técnicas e de instrumentos modernos de produção; era puxada por camelos, burros, arreios de couro e arado de madeira. Também chamava a atenção dos

soldados o fato de que eram as mulheres que faziam o trabalho de arar, plantar e colher. Definitivamente, para estes veteranos, a Palestina ainda não fora tocada pela mão da tecnologia moderna e a população ainda estava “privada de um saber-fazer científico para arar, produzir e colher a produção” (CERTEAU, 1994, p. 139). O dualismo com o qual definem as duas economias deixa transparecer que entre elas não havia qualquer ponto de contato e, além do mais, para “os do lado de cá da ADL” – os palestinos -, o modelo não parecia aproximar-se de qualquer ponto de ruptura com o quadro estendido desde os tempos imemoriais.

A partir das marcas que chegam através das memórias individuais e coletivas, pôde-se montar um *corpus* descritivo interessante no processo de composição das imagens de Suez. Utilizando e justapondo partes das várias narrativas, tem-se um plano geral do contexto marcado por desigualdades de desenvolvimento; enfim, um abismo invisível separava Israel dos palestinos. As narrativas dos veteranos servem para montar uma grande fotografia do ambiente hostil e exótico em que viviam. Ela revela o mural da paisagem, da sociedade e do cenário agrícola. Ali estão os atores, lidando com a cultura material (utensílios e animais), as peças da produção e consumo. Os “do lado de cá” (os beduínos) viviam num *corpus* no qual subsistiam um saber fazer tradicional, arcaico e pouco eficiente. Estes possuíam um “espaço próprio” com implementos, técnicas e capacidade produtiva relativamente baixa nos momentos de arar, plantar e colher. Era assim que os beduínos gastavam suas energias e talentos nesse tipo de “saber” e nas “maneiras de fazer”. O que predominava entre os palestinos “não tem legitimidade aos olhos de uma racionalidade produtivista [...], ao contrário, esse resto, abandonado pela colonização tecnológica, adquire valor de atividade ‘privada’, carrega-se com investimentos simbólicos relativos à vida cotidiana [...]” (CERTEAU, 1994, p. 144). Enfim, os palestinos exerciam uma agricultura com “práticas desprovidas de *copyright* tecnológico”; e se os beduínos teimavam nas práticas artesanais e milenares, sem o viés econômico, seus vizinhos “do lado de lá” da ADL, os israelenses já praticavam uma agricultura eivada pelo uso intensivo da tecnologia avançada. Por isso, tudo o que viam do lado de Israel produzia um impacto positivo.

O tamanho do trigo e da cevada e o tempo de preparar e colher também são cotejados nas narrativas. O ciclo do trabalho no barro, árido de um lado, e do “tapete verde” estendido pela plantação, do outro, era obra que Rá (deus Sol) e Cronos (deus do tempo) davam a cada cultura com espaços e tamanhos diferenciados. “Do lado de cá”, o tempo se arrastava entre o semear, germinar a semente e elevar a palha a poucos palmos do chão. A irrigação já era uma realidade em solo israelense e a observação de sua prática fascinava os boinas azuis brasileiros. Os próprios métodos de organização social e econômica dos beduínos, que também aparecem nas narrativas, são novamente marcados pelas descrições das competências e das vantagens de um modo de produzir sobre o outro - onde um se utiliza das vantagens da engenhosidade e da ciência modernas, o outro se utiliza de manufatura e experiência individual e secular. Nos relatos sobre as maneiras de fazer dos palestinos, estas em si causavam-lhes estranheza e pouco valor de referência por causa da operatividade; enfim, por ser manual. Eles não percebem que existe “um *logos* escondido no artesanato” mesmo sem a grande complexidade presente na tecnologia mais eficiente e mais rápida (CERTEAU, 1994, p. 138).

Desde que se constituiu como nação, em 1948, Israel teve um crescimento econômico acelerado e sustentável. Aquela região do Oriente Médio conheceu, desde então, um processo de aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento e de qualidade de vida entre israelenses e palestinos. Havia mesmo um abismo social que se alargava e que se mantém nos dias atuais. A discrepante realidade política e socioeconômica é agora aprofundada pelos constantes confrontos entre as Forças de Defesa Israelense e as ações de guerrilha do Movimento de Resistência Islâmica, conhecido como Hamas. Esta organização palestina, de orientação sunita, comanda politicamente a região da Faixa de Gaza. O que se constituiu desde então foi um processo de convivência desintegrado, desarmônico e desequilibrado. Ademais, o “lado de cá” - a Palestina - sequer tornou-se um Estado independente como previa o Estatuto da Partilha proposto pela ONU, em 1947. A Palestina nada ganhou e nada aproveitou do desenvolvimento econômico e social vicejante “do lado de lá”. Ao contrário, embora não concorrentes, os efeitos na relação entre ambos foram e são extremamente

conflituosos. A dura política econômica de Israel para a Palestina baseia-se na opressão política da sua população e no boicote econômico do pouco que se produz na aridez do deserto do Sinai. Enquanto o desenvolvimento econômico e industrial de Israel o coloca como um dos países mais avançados da região, a parte do “lado de cá” só ampliou seu estado de estagnação socioeconômica e de pobreza da população, mormente da camponesa - os beduínos.

De acordo com os veteranos, mesmo com pouco tempo de existência política, Israel já havia logrado em 1957 (no início da Missão de Paz da ONU), o país já experimentava um relativo índice de desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico. Opostamente, na Palestina reinava um quadro de deficiências econômicas e sociais. Seus habitantes viviam e ainda vivem em extrema pobreza e na condição de refugiados dentro de seu próprio território.

Suas representações sobre aquela realidade identificamos personagens-chaves do deserto como homens atrasados, rústicos. Evidentemente, estas declarações estão calcadas conscientemente nos papéis que eles encarnavam, sem posses e com poucas escolhas, escassos objetos, parca saúde, atores de uma ópera trágica iniciada em 1947, com a Partilha. São relatos idílicos, realistas sobre o conhecimento imediato daquela realidade, confiando apenas experiência e na percepção captada pelos sentidos. Na memória sobre e daquele mundo, não há reflexão, não há causas primeiras que levaram àquela condição. Ela estava simplesmente posta à observação.

Em suma, a partir do rico filão dos testemunhos orais sobre a agricultura, pôde-se resgatar as

representações e os microcomportamentos na relação do homem local com a terra. Na Palestina não havia qualquer inovação tecnológica no modo de plantar, produzir e colher a agricultura descrita nas narrativas. Há aí um discurso que reúne as representações de piauienses e veteranos de outros estados do Brasil: a agricultura praticada “do lado de cá” é definida essencialmente como atrasada, estranha, “exótica” e folclórica. A construção da história forjada pelas lembranças é peça importante para a elucidação e a montagem da engrenagem de um importante elemento constituinte do grande pano de fundo daquele cenário: o fazer agrário ●

Referências

- AGENDA de Política Externa dos EUA. *Revista Eletrônica da USIA*, v. 3., n. 2., abr. 1998. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0498/ijpp/ijpp0498.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2006.
- ARRAES FILHO, M. R. *História, memória e deserto: os soldados brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)*. 2009. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Contemporânea, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

***É Mestre em Ciência Política/Unicamp e Doutor em História Contemporânea/Universidade Federal Fluminense. Coordenador do curso de Bacharelado e de Licenciatura Plena em História/UFPI.**